

OCDE e Bruxelas recomendam baixar carga fiscal sobre o trabalho

Relatório Governo já avisou que vai aumentar a TSU para os trabalhadores, mas a OCDE quer contribuições e impostos mais baixos.

Paula Cravina de Sousa e Margarida Peixoto
paula.cravina@economico.pt

Em dois dias o Governo ouviu a mesma recomendação de dois organismos internacionais: Portugal deve baixar a carga fiscal sobre o trabalho. Ontem, o líder da OCDE, Angel Gurría, veio a Portugal apresentar um relatório e sugerir a redução da Taxa Social Única (TSU) e um corte no IRS. Na segunda-feira, o Eurogrupo já tinha recomendado a redução da carga fiscal sobre o trabalho para 11 países, onde se incluía Portugal.

O relatório da OCDE - "Aprofundar reformas estruturais para apoiar o crescimento e competitividade" - afirma que "cortar a TSU dos empregadores pode ser particularmente eficiente na criação de postos de trabalho se forem centrados nos trabalhadores de baixos rendimentos".

A proposta é, então, uma redução da TSU paga pelas empresas, que está actualmente nos 23,75%. Esta pode ser feita de duas formas: a contribuição pode passar a ser progressiva, em lugar da actual taxa única, ou a redução pode ser feita apenas nos salários mais baixos. A compensação orçamental seria feita através de outros impostos como os que incidem sobre o património ou o ambiente.

O documento sugere também opções para incentivar o trabalho, como "reduzir o IRS e o peso das contribuições sociais para os trabalhadores de baixos rendimentos". Neste caso, a estratégia poderia passar por um aumento das deduções no IRS, ou por créditos fiscais para os trabalhadores. "Esta opção pode ajudar a au-

mentar os incentivos ao trabalho, ao mesmo tempo que reduz a pobreza entre trabalhadores", frisa.

Mas o primeiro-ministro, Passos Coelho, já descartou a hipótese dizendo que "não há margem orçamental" para o fazer. "Uma baixa significativa da TSU que permitisse um ganho de competitividade expressivo obrigaria a uma subida de outros impostos significativa também", explicou Passos. "Ora, aquele que mais frequentemente é apresentado como uma contraparte para fazer esta compensação, que é o IVA, não creio, na situação em que estamos, que tivesse condições para poder compensar", defendeu.

No final de Abril, a decisão do Governo foi no sentido contrário. A TSU paga pelos trabalhadores vai aumentar 0,2 pontos percentuais para os 11,2% em 2015.

A OCDE afirma que, além do agravamento dos impostos sobre o património e ambientais, o caminho deverá ser a redução da

despesa fiscal no IVA e no IRC, apesar dos progressos feitos nos últimos anos. O organismo internacional aconselha ainda a algumas mexidas no IVA, aumentando os produtos que devem ser sujeitos à taxa normal de 23%.

Para o fiscalista Nuno Oliveira Garcia, da Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, estas recomendações "serão difíceis de implementar". "As famílias acham que já pagam muito IMI e as empresas que já pagam taxas muito elevadas de recursos hídricos, por exemplo", afirma.

Sobre outros impostos, Passos Coelho recusou comentar. "O que quer que eu dissesse originaria uma discussão que não traria nenhum benefício para o processo de elaboração do orçamento para o próximo ano", justificou.

O Governo tem mostrado divergências sobre a descida do IRS, com o PSD a mostrar-se mais cauteloso e o CDS-PP a afirmar que o imposto deveria descer a partir de 2015. A comissão para a reforma do IRS, liderada por Rui Duarte Moraes, deverá apresentar o ante-projecto até 15 de Julho.

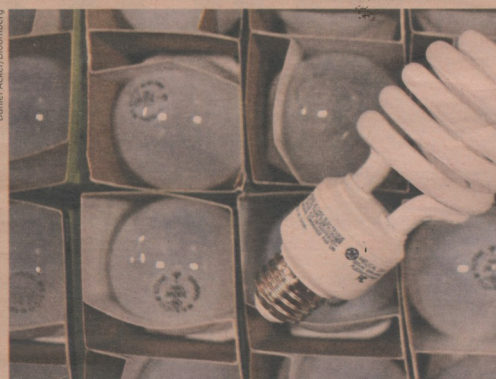
As recomendações em matéria de fiscalidade são apenas um dos temas do relatório sobre Portugal. A OCDE frisa que a economia nacional já fez um esforço considerável de ajustamento - esteve entre os países mais reformistas em 2012 e 2013 - mas defende que o rumo deve continuar. Se Portugal conseguisse implementar as melhores práticas da OCDE "nas várias áreas e sectores da regulação do mercado de produto", o crescimento do PIB melhoraria em 0,8 pontos percentuais por ano até 2020, calcula a instituição. ■

AS REFORMAS MAIS IMPORTANTES

MERCADO DE TRABALHO

- A protecção ao emprego deve ser reduzida. A OCDE lembra que a redução das indemnizações compensatórias só se aplica para novos contratos a partir de 2011;
- Reduzir o IRS e as contribuições sociais para trabalhadores de baixos rendimentos, através de alterações às deduções pessoais e de créditos fiscais para trabalhadores;
- Alargar o período experimental, que é considerado curto;
- Tornar o subsídio de desemprego menos dependente da idade e melhorar o acesso ao subsídio;
- Promover a negociação ao nível da empresa;
- Melhorar as políticas activas de emprego.
- Abolir completamente a possibilidade de portarias de extensão;
- Congelar o salário mínimo nacional até que o mercado de trabalho dê sinais claros de recuperação;

Daniel Acker/Bloomberg



REGULAÇÃO E MERCADO DE PRODUTO

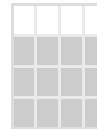
- Baixar as rendas dos agentes económicos no sector da energia e dos transportes.
- Reduzir as barreiras à entrada em áreas profissionais e diminuir o papel das ordens profissionais na regulação da profissão.
- Estender o "licenciamento zero" a mais áreas.
- Dotar a Autoridade da Concorrência de mais recursos.



"Não há margem orçamental para o fazer (baixar carga fiscal sobre o trabalho) agora", avisou ontem o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho.



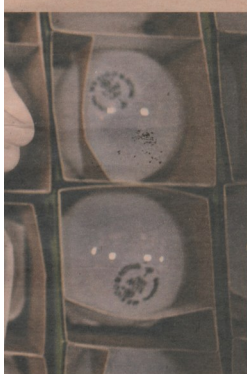
Para promover o trabalho, a OCDE, liderada por Angel Gurría, sugere a "redução do IRS e do peso das contribuições sociais para trabalhadores de baixos rendimentos".

**RECOMENDADAS PELA OCDE**

Mário Proença / Bloomberg

IMPOSTOS

- Cortar a TSU dos empregadores. O objectivo é incentivar a criação de emprego.
- Melhorar a performance da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) de forma a reduzir a litigância.
- Aumentar os impostos sobre o património. A OCDE reconhece os esforços feitos, mas afirma que estes impostos têm um impacto menor no crescimento.
- Integrar a AT com os serviços de cobrança da Segurança Social.
- Expandir a utilização de impostos ambientais e introduzi-los, por exemplo, em produtos que poluam o ar e pesticidas.
- Alargar a base tributável e rever os benefícios fiscais em sede de IVA, IRC e de impostos ambientais.



Paulo Trigueiro

Como uma empresa sobreendividada prejudica a economia

Mais de 40% da dívida concedida pelos bancos pertence a empresas que não geram ganhos suficientes para pagar os juros.

Quando uma empresa está no limite da sobrevivência e excessivamente endividada, o problema não é só seu. É também um problema do banco e, em última análise, da própria economia. Ontem, depois de publicar um relatório sobre a economia portuguesa, o secretário-geral da OCDE avisou que está preocupado com o peso da dívida das empresas privadas.

"Uma preocupação da OCDE não é a dívida pública, mas a dívida privada, a dívida das empresas portuguesas", sublinhou Angel Gurría, na conferência de imprensa conjunta com o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, no Palácio de São Bento, em Lisboa.

De acordo com o estudo da OCDE, as empresas privadas têm um endividamento de 230% do

PIB. Só há dois países da OCDE com um nível mais elevado: o Luxemburgo e a Irlanda. Além disso, mais de 40% da dívida pertence a empresas que não geram ganhos suficientes para pagar os juros.

O cenário não é um problema exclusivo das empresas sobreendividadas, explica a OCDE. "Os níveis elevados de dívida também colocam um peso excessivo no balanço dos bancos", lê-se no relatório. O problema alastra-se à economia: com os balanços penalizados, os bancos ficam sem margem para conceder empréstimos às empresas viáveis, que precisam de financiamento para viver.

Este problema é agravado com a fragmentação do sistema financeiro na zona euro, que aumenta os custos de financiamento às empresas dos países periféricos, como Portugal. É por isso que, para a OCDE, resolver este problema é uma peça chave do ajustamento português. ■

Gurría e Passos querem salário mínimo ligado à produtividade

Relatório da OCDE recomenda congelamento da retribuição mínima garantida.

haja sinais claros de recuperação do mercado de trabalho".

Passos Coelho reafirmou ontem a intenção do Governo de discutir a actualização do salário mínimo com base nos ganhos de produtividade. Poucas horas depois, o ministro do Trabalho e Solidariedade Social, Pedro Mota Soares, reafirmava o mesmo no Parlamento: "Neste momento, o Governo está a negociar com os parceiros sociais esse mesmo aumento do salário mínimo e, para nós, é importante que exista uma ligação à produtividade".

Apesar disso, a reunião de hoje que está marcada com os parceiros sociais não tem o tema na agenda. A UGT já disse que queria o aumento para Julho e, se o governo aumentar mais tarde sem retroactivos a Julho, avisou que vai exigir uma subida para um valor acima dos 500 euros. ■ M.P. com M.M.O. e C.O.S

"Só é possível aumentar salários se tivermos um aumento da produtividade" - a afirmação é de Angel Gurría, secretário-geral da OCDE, e caiu como uma luva no discurso que tem sido adoptado pelo Governo sobre a actualização do salário mínimo nacional. No relatório sobre Portugal, a OCDE vai mais longe e recomenda mesmo o congelamento da retribuição mínima garantida.

O secretário-geral da OCDE explicou que nos países em que o salário mínimo está próximo do salário médio praticado pelo conjunto da economia, o aumento do salário mínimo penaliza mais a criação de emprego. É por isso que a OCDE recomenda às autoridades portuguesas que mantenham o salário mínimo inalterado "até que